

O Lazareto da Jurujuba na imprensa do Rio de Janeiro oitocentista: “*logar mais proprio para estender redes de pescarias que para fundar-se um tal estabelecimento*”

The Lazarette of Jurujuba in the nineteenth-century Rio de Janeiro press: “*a better place to spread fishing nets than to found such an establishment*”

Maria Rachel Fróes da Fonseca (<http://orcid.org/0000-0003-0865-2436>)¹

Abstract *In the second half of the nineteenth century, the press expanded and reached a wide range of themes and audiences. It consisted of daily newspapers, which were especially dedicated to the daily life of the city, and scientific-literary magazines, which published texts on a wide range of themes, including literature, biography, science, and education. In the pages of the numerous periodicals that circulated around Rio de Janeiro, both the so-called daily newspapers and the scientific-literary periodicals, there was a great interest in the themes of hygiene, salubrity, the yellow fever epidemic, hygiene, and the performance of doctors. Among these sanitation measures, adopted on January 1, 1851, under the guidance of Francisco de Paula Cândido, president of the Junta de Higiene Pública (Public Hygiene Board), a lazarette for about 30 sick people was installed in a rented house on the Caju peninsula, in Saco da Jurujuba, in Niterói, in the province of Rio de Janeiro, and then called Lazareto da Jurujuba (Lazarette of Jurujuba). The present study thus sought to analyze the content of articles and announcements about the sanitary conditions and measures in Rio de Janeiro, especially concerning the creation of the Lazareto da Jurujuba (Lazarette of Jurujuba), published in daily newspapers, and in the non-specialized press.*

Key words *History of health-Brazil, Periodical press-Brazil, Lazarette of Jurujuba*

Resumo *Na segunda metade do século XIX, o periodismo expandiu-se e alcançou grande variedade temática e de público, e era constituído pelos jornais diários, que se dedicavam especialmente ao cotidiano da cidade, e pelas revistas científico-literárias, que veiculavam textos de temáticas diversas, como literatura, biografia, ciências e educação. Nas páginas dos inúmeros periódicos que circulavam no Rio de Janeiro, tanto dos chamados jornais diários quanto dos periódicos científico-literários, evidenciou-se grande interesse pelas temáticas da higiene, da salubridade, da epidemia de febre amarela, das medidas higiênicas e da atuação dos médicos. Entre as medidas sanitárias adotadas, foi instalado em 1º de janeiro de 1851, por orientação de Francisco de Paula Cândido, presidente da Junta de Higiene Pública, um lazareto para cerca de 30 enfermos em uma casa alugada na península do Caju, no Saco da Jurujuba, em Niterói, na província do Rio de Janeiro, e então denominado Lazareto da Jurujuba. Buscamos neste estudo analisar o conteúdo de matérias e comunicados sobre as condições e medidas sanitárias do Rio de Janeiro, especialmente sobre a criação do Lazareto da Jurujuba, publicados nos jornais diários e na imprensa não especializada.*

Palavras-chave *História da saúde-Brasil, História das ciências-Brasil, Imprensa periódica-Brasil, Lazareto da Jurujuba*

¹ Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Brasil 4365, Manguinhos. 21040-900 Rio de Janeiro RJ Brasil. rachel.froes@fiocruz.br

Introdução

No século XIX, o Brasil foi cenário de um importante crescimento da imprensa, quando se projetaram publicações periódicas de diferentes naturezas, como jornais de grande circulação, jornais do cotidiano e as revistas científico-literárias. A expansão de periódicos, e também de tipografias, deu-se principalmente a partir do decreto de 2 de março de 1821, que suspendeu a prévia censura que era até então exigida para a impressão dos escritos. Nessas novas publicações, como os jornais diários, que circularam no Rio de Janeiro, dedicados especialmente ao cotidiano da cidade, evidenciou-se um grande interesse pelas temáticas da higiene, da saúde, das epidemias de febre amarela, das medidas higiênicas e das concepções médicas.

Buscamos analisar o conteúdo de matérias e comunicados sobre as condições e medidas sanitárias do Rio de Janeiro, como a criação de instituições como o Lazareto da Jurujuba, publicados em jornais diários como *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O Correio da Tarde*, e *Jornal do Commercio*.

A epidemia de febre amarela e o Lazareto da Jurujuba

Na segunda metade do século XIX, o Brasil enfrentou sérios problemas sanitários, começando com a epidemia de febre amarela, em 1849, na cidade de Salvador (Bahia), a qual incidiu depois em todos os portos do norte e, finalmente, no Rio de Janeiro. Robert Christian Berthold Avé Lallemand (1812-1884), médico da Enfermaria dos Estrangeiros da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, em dezembro de 1849, comentou que havia lhe chamado atenção os sintomas de dois pacientes entre os marinheiros chegados da Bahia pela barca *Navarre*, que apresentavam, *uma côr amarelada das conjunctivas e da pelle, vomitos fortes de líquidos escuros, soluços, supressão da urina*¹ (p. 2). Tais fatos foram comunicados à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e à Academia Imperial de Medicina, tendo sido considerados, pelo acadêmico José Pereira Rego (1816-1892), evidências de que se tratava da febre amarela.

Os casos de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro ocorreram a princípio em locais próximos ao porto e às praias, mas se espalharam rapidamente para o interior da província. Diante de tal quadro, o governo imperial nomeou, em 5 de fevereiro de 1850, a Comissão Central de Saú-

de Pública, constituída, entre outros, por Cândido Borges Monteiro (1812-1872), Antônio Felix Martins (1812-1892), José Pereira Rego (1816-1892), Luís Vicente de Simoni (1792-1881) e José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856). De acordo com Rego, em 1850 a epidemia de febre amarela teria se alastrado pelo Rio de Janeiro, acometido a 90.658 pessoas, causando a morte de cerca de 4.160 pessoas² (p. 159) e alcançado outras localidades na província, como Niterói, Magé, Itaboraí, Mangaratiba, Macaé e São João da Barra² (p. 41).

Cresceu então a preocupação com as populações e embarcações que chegavam ao porto, tendo em vista a possibilidade de representarem focos de doenças como a febre amarela. A fundação do Lazareto da Jurujuba vai se concretizar justamente nesse cenário, tendo como função o tratamento dos marinheiros, dos viajantes e de todos que chegassem ao porto, à cidade, e que pudessem estar doentes ou suspeitos de acometidos de alguma moléstia.

Nesse período, presenciava-se, no campo científico, debates sobre a etiologia e causalidade das doenças, sobre os surtos epidêmicos e as medidas para combatê-los. Essas epidemias, como a de febre amarela, também provocaram a criação de estabelecimentos e instituições hospitalares, como o lazareto, a realização de obras e a fiscalização dos portos³ (p. 164).

O higienismo na primeira metade do séc. XIX, afirma Luiz Otávio Ferreira⁴, estava relacionado “ao neo-hipocratismo, uma concepção ambientalista da medicina baseada na hipótese da relação intrínseca entre doença, ambiente e sociedade”. Os problemas de higiene pública eram, então, debatidos nessa perspectiva de análise e se destacaram as controvérsias entre as concepções médicas com relação à natureza, às causas e ao combate das doenças. Por um lado, apresentava-se a concepção anticontagionista, a vertente da infecção, destacando a ação da constituição atmosférica e topográfica da cidade, dos costumes e hábitos num ambiente contaminado, dos miasmas; e por outro, a concepção contagionista, que defendia a ideia de transmissão direta por contágio, e que a melhor forma para controlar o avanço das doenças era a prática da quarentena, isolamento, e o controle dos portos.

Odair Franco⁵, em seu livro sobre a febre amarela no Brasil, identificou como defensores da concepção anticontagionista, José Francisco da Silva Lima (1826-1910), da Escola Tropicalista Baiana, autor de “A febre amarela importada pelo vapor Guiscardo. Transmissão da moléstia a uma pessoa nesta cidade” (1869), e João Vicente

Torres Homem (1837-1887), opositor de ciências médicas da FMRJ e autor de “Estudo clínico sobre as febres do Rio de Janeiro” (1877).

Entre os contagionistas, podemos nos referir a: José Martins da Cruz Jobim (1802-1878), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e autor do “Discurso sobre as moléstias que mais affligem a classe pobre do Rio de Janeiro” (1835); Manoel de Valladão Pimentel (1802-1882), diretor da Enfermaria Pública do Hospício de Nossa Senhora do Livramento, e autor do “Relatorio e observações do Dr. Manoel de Valladão Pimentel sobre o tratamento da febre amarela na grande enfermaria confiada à sua direção durante aquella epidemia nesta Côrte” (1851); José Pereira Rego (1816-1892), da Junta de Higiene Pública, com a obra “História e descrição da febre amarela epidemica que grassou no Rio de Janeiro em 1850” (1851).

José Pereira Rego, em seu estudo sobre a febre amarela no Rio de Janeiro, apresentando-se como *homem de sciencia*² (p. 2), discutiu detalhadamente as causas para o desenvolvimento da epidemia de 1850, as questões do contágio e da transmissibilidade da febre amarela, bem como as medidas quarentenárias. Distinguiu a moléstia contagiosa e a moléstia por infecção:

*Chama-se moléstia contagiosa toda aquella que se communica de indivíduo a indivíduo por um virus fixo ou volátil, susceptível de ser disseminado no ar ambiente; e moléstia de infecção aquella que depende de causas locais, que não estende sua influencia além das localidades onde apparece, e que é o resultado de um miasma, substancia até hoje desconhecida*² (p. 53).

Entre as referências teóricas, citou defensores do contágio, como Chrisholm, Blanc, Thiebaul de Berneaud e José Furio, e autores que refutavam a ideia de contágio, como Dévéze, Leblond, Fergusson e Lefort² (p. 52).

Para o médico, o debate sobre o contágio ainda não teria alcançado resultados importantes para ciência, porque *si razões mui fortes ha para duvidar-se do contagio, outras não menos poderosas mostram clara e evidentemente seu apparecimento em lugares onde ella não existia, levada por focos de infecção extremamente pequenos*² (p. 51). Comentou ainda sobre indefinição em relação ao caráter de algumas doenças:

[...] a experiência tem mostrado que certas moléstias reconhecidas como contagiosas ora apresentam-se com este character, ora não. Além disto sabemos nós já, si o miasma, ou essa substancia desconhecida assim denominada, não é susceptível de sofrer modificações em sua natureza essencial,

*segundo as circunstancias climatericas e outras á que seja ella submettida, e que alterem sua maneira de impressionar o nosso physico?*² (p. 67).

Concluiu, entretanto, que *não ha um só que não affirme que o calor excessivo reunido a certo gráo de humidade [...] a infecção marítima; as emanções paludosas, etc, contribuem fortemente para fazer desenvolver uma similhante enfermidade [...]*² (p. 85). Para Rego, tendo em vista a existência de diferentes concepções, a contagionista e a anticontagionista, seriam igualmente distintas as medidas de prevenção e combate à epidemia preconizadas, alguns propondo medidas rigorosas, como quarentenas e restrições de circulação, e outros as entendendo desnecessárias e prejudiciais ao comércio.

O médico Francisco de Paula Cândido (1805-1864), por sua vez, entendeu que a criação de um lazareto, como o de Jurujuba, fundamentava-se *no principio de moléstias por infecção, e de nenhuma sorte, na hypothese do contagio, dispensando-me d'entrar aqui na elucidación d'esta espinhosa questão relativamente à febre amarela*⁶ (p. 3).

O historiador Jaime Benchimol, em seu estudo sobre a febre amarela, ressaltou que teriam sido esses médicos higienistas que primeiro apresentaram um discurso sobre as condições de vida na cidade e indicaram medidas de caráter intervencionista para melhoria do “organismo urbano”⁷. Nesse sentido, importava observar as condições da cidade, o fato de ser uma planície pantanosa, cercada pelo mar e montanhas, o calor, a umidade e os pântanos, vistos como focos de miasmas, que podiam veicular os agentes causadores de doenças como a febre amarela.

Ainda nessa direção, Flávio Elder retoma que os postulados do higienismo “empurravam a medicina em direção à sociedade”⁸, transformando a cidade em um “corpo social”, segundo um modelo organicista, com suas partes funcionais.

Diante desse contexto sanitário, o governo imperial criou, por meio do decreto nº 598, de 14 de dezembro de 1850, a Junta de Higiene Pública, à qual caberia a proposição de medidas de salubridade pública⁹, e que teve a participação de médicos como Francisco de Paula Cândido (1805-1864), Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868) e Antônio Felix Martins (1812-1892). Paula Cândido, presidente da Junta, apresentou, em 1851, a “Exposição succinta do Estado sanitário da Cidade do Rio de Janeiro, e das Medidas, que convém adoptar-se”, na qual defendeu a criação do lazareto por ser *este Lazareto huma medida por hum lado em prol de enfermos e dos que ainda não tiverem sido accomettidos,*

*à bordo: os primeiros ganharão sendo tratados em terra, e os segundos ficarão abrigados da moléstia abandonando o foco que os ameaçava. Ganha por outro lado a salubridade da Cidade e do seu porto afastando-se, e extinguindo-se seguramente, o foco de infecção que os ameaçava*⁶ (p. 3).

Era comum a criação de estabelecimentos destinados à quarentena por ocasião de epidemias, para controle de fluxos migratórios e comércio marítimo, muitos dos quais eram designados como “lazaretos”, embora não fossem necessariamente destinados ao isolamento de pacientes morféticos. Nesses lazaretos, os passageiros oriundos de embarcações provenientes de portos contaminados eram hospedados por uns dias, e as pessoas portadoras de doenças contagiosas, desembarcadas nos navios em trânsito, eram isoladas¹⁰. Além do Lazareto da Jurujuba, foram fundados o Lazareto da Ilha do Bom-Jesus (1850), o Lazareto da Ilha de Maricá (1855), o Lazareto da Várzea (1855), o Lazareto Flutuante de Jurujuba (1876) e o Lazareto da Ilha Grande (1884).

Francisco de Paula Cândido alugou, em 1º de janeiro de 1851, um prédio na enseada de Jurujuba, entre “o Morro do Cavalão e o lugar chamado Charita”, em Niterói, na então província do Rio de Janeiro, para ali funcionar um lazareto para cerca de 30 enfermos¹¹. Nesse mês, ainda foi encaminhado, pelo Ministério do Império, um expediente ao presidente da Junta de Higiene Pública, consultando sobre a conveniência da fundação do lazareto em Jurujuba e a adoção das quarentenas¹². Em seu relatório, de 1851, o Ministério do Império relatou que em 20 de janeiro daquele ano havia entrado no porto a escuna inglesa Apparition, trazendo quatro doentes de febre amarela, e que a mesma teria sido colocada em quarentena e os doentes encaminhados para o lazareto provisório já existente em Jurujuba¹³ (p. 29-30).

O Aviso nº 38, de 29 de janeiro de 1851, ordenou a manutenção dos serviços no Lazareto da Jurujuba e autorizou o ajuste das pessoas necessárias com pagamento de diárias e gratificações¹⁴. Foram alugados, então, uma casa e o terreno que a cercava, em um local chamado Areia Grossa (praia da Areia Grossa), em Jurujuba.

O estado sanitário da capital do Império, as condições de salubridade nas cidades, a incidência epidêmica de várias moléstias, em especial da febre amarela, e as medidas para combatê-las eram então os temas centrais nos relatórios oficiais, nos estudos da Academia Imperial de Medicina e na imprensa diária do Rio de Janeiro.

Os debates sobre a etiologia e o combate a doenças não ficaram restritos a espaços institucionais, como a Academia Imperial de Medicina, e à imprensa especializada, como os *Annaes Brasileenses de Medicina*, e alcançaram as páginas da chamada imprensa diária, na qual, como propõe Jaime Benchimol, “atores profanos intervínham ativa ou passivamente no desenrolar e, às vezes, no próprio desfecho das controvérsias”¹⁵ (p. 60).

O Lazareto da Jurujuba nas páginas dos jornais

O periodismo, na segunda metade do século XIX, passou por um momento de expansão importante, com o surgimento de inúmeras publicações, que apresentavam grande variedade temática e de público e almejavam alcançar a todos os grupos sociais e estimular a leitura. Apresentavam temáticas bem definidas, e alguns eram direcionados a um público seletivo, à elite intelectual, outros aos demais setores da sociedade, incluindo os trabalhadores e as crianças. Expressava-se fortemente nesses periódicos o interesse por temas literários, científicos e pelas coisas práticas e úteis. Esse crescimento se deu em decorrência de preocupações e interesses dos intelectuais, e também do surgimento de inovações técnicas, da fotografia, de máquinas de impressão eficientes e de novas tipografias e gráficas, como ressaltam Ana Luiza Martins e Tania R. de Luca¹⁶. A história da imprensa, diária e especializada, tem sido objeto de inúmeros estudos, como os de Nelson Werneck Sodré (1999), Lúcia M. B. Neves (2006), Marco Morel (2003), Tânia M. Bressone da C. Ferreira, Isabel Lustosa (2003) e Marialva Barbosa (2007).

O médico José Francisco Xavier Sigaud, um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em seu “Plano de hum Jornal de medicina”, que propôs em 1830, ressaltou que *os periódicos illuminão a opinião publica, espalhão a instrução em todas as classes, e assim alcanção o mais louvável fim, o de ensinar aos povos, e de lhes lembrar por huma continua repetição, e por huma lição diaria os seus direitos, e os seus deveres*¹⁷ (p. 2). Embora as palavras de Sigaud se referissem especificamente à criação de um jornal médico, podemos estendê-las aos jornais diários.

Uma análise contemporânea sobre a ciência médica e os periódicos científicos, como a apresentada por Luiz Otávio Ferreira¹⁸, destaca que o objetivo dos periódicos científicos era o de “falar à sociedade”, de difundir as práticas e valores da medicina e da saúde. Entendemos que periódicos

não especializados, caso dos jornais diários aqui referidos, também apresentavam esse objetivo.

No Império, muitos jornais diários dedicavam várias páginas para comentar as condições sanitárias das cidades, comunicar as medidas sanitárias adotadas e expressar denúncias e críticas. Entre as medidas, estava a criação de instituições como o Lazareto da Jurujuba.

Entre esses jornais diários estava o *Jornal do Commercio*, periódico de caráter comercial e linha conservadora, que começou a ser publicado em 1º de outubro de 1827 no Rio de Janeiro, sob a direção do tipógrafo francês Pierre René François Plancher de la Noé (1779-1844). Em matéria publicada nesse jornal em 27 de janeiro de 1851, assinada com a abreviação de “Q”, foi ressaltado o papel de jornais, entre eles o *Diario do Rio de Janeiro*, como espaços para a exposição de críticas e denúncias sobre as condições sanitárias, pois desde muito que não tem cessado de diariamente propor diversos meios para afugentar para longe de nós tão grande calamidade, e entretanto em nada se tem aproveitado!¹⁹ (p. 3).

O Lazareto da Jurujuba, logo após sua criação, tornou-se tema recorrente na imprensa, sendo abordada a questão do local de sua instalação, as condições ambientais e os preceitos de higiene que deveriam pautar aquele estabelecimento.

Considerações dessa natureza podem ser vistas no *Diario do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal informativo, fundado pelo português Zeferino Vito de Meirelles em 1º de junho de 1821, que veiculava notícias locais, anúncios, reclamações, divertimentos, vendas etc.²⁰ Em sua edição de 14 de janeiro de 1851 apresentou um dos primeiros questionamentos à criação do Lazareto da Jurujuba:

*Acabamos de ser informado que se tem já contratado uma chácara na Jurujuba, a fim de estabelecer-se um lazareto. Cahimos das nuvens quando nos disseram que chácara era esse! [...] Não entramos por agora na questão de ser ou não ser a Jurujuba o lugar conveniente, como escolhem lugar que não tem agua? [...] E a comissão escolhe chácara sem casa! Srs., nada de patronato em materias de interesse publico: já basta de decepções!*²¹ (p. 2).

Outras matérias eram críticas com relação aos procedimentos e interesses manifestados na compra dos imóveis para a instalação do lazareto, como vemos em 22 de janeiro de 1851, em texto assinado com o pseudônimo de “Microscopio”:

É a Jurujuba o lugar mais próprio para o lazareto? Em que estado está esse negocio? Compra-se por bom dinheiro a chácara sem agua e com uma casa? Não é a peste um negocio serio, em presen-

*ça da qual devão cessar outros negocios? Não é a chegada a época de antepor o interesse publico aos ilícitos interesses particulares?*²² (p. 2).

Nos primeiros meses de 1851, foram publicadas diversas matérias sobre o lazareto, entre as quais destacamos as do *Diario do Rio de Janeiro*, assinadas com os pseudônimos de “O Velho Jurujubano”, “Microscopio” e “Moço da Jurujuba”. Embora possamos especular que os personagens por trás desses pseudônimos pudessem ser médicos, não temos referências precisas que indiquem seus reais nomes e profissões.

Em seu primeiro comunicado, publicado no *Diario do Rio de Janeiro* em 22 de janeiro de 1851, “O Velho Jurujubano” questionou o local escolhido e a forma pela qual havia sido decidida a instalação do lazareto em Jurujuba:

*O velho Jurujubano não cessará de clamar contra o insano projecto de estabelecer-se um lazareto na adusta ilha do Cajú, n’esse celebre continente, local o mais improprio, inadequado e horrivel em toda a Jurujuba, que não tem agua para beber nem lavar roupa [...] se aquella autoridade, que foi consultada pela pessoa incumbida pelo governo, não tivesse tido em vista o interesse próprio, inculcaria e faria vêr os logares mais adaptados para a fundação de um lazareto*²³ (p. 2).

Em outros comunicados, “O Velho Jurujubano” dialogou com o “Sr. Microscopio” e o “Moço da Jurujuba”. Os dois primeiros questionavam vários aspectos referentes à instalação do lazareto, ao passo que o terceiro defendia a instalação do lazareto naquele local. Disse “O Velho Jurujubano” em 24 de janeiro de 1851:

*O Velho Jurujubano não se faz cargo de responder ao Moço da Jurujuba, se não na parte que lhe diz respeito, isto é, quanto ao local da ilha; continente ou cousa que melhor nome mereça, sua conveniência, proporções e vantagens para a collocação do lazareto; [...] O Velho Jurujubano tem pretendido e pretende fazer chegar ao conhecimento do Exmº Sr. Ministro do Imperio e ao publico em geral, convidando-o para que com seus proprios olhos vão ver o lazareto provisorio, e verificar por si a sua localidade não é a mais pessima possível*²⁴ (p. 3).

Em outra matéria, ainda em janeiro de 1851, “O Velho Jurujubano” dialoga com o “Moço do Cajú”, ao qual se referiu como “menino”, afirmando que seu objetivo era manifestar o descontentamento com a escolha daquele local, por considerá-lo o pior local da região de Jurujuba, sobretudo por não ter água potável²⁵.

Ainda em janeiro de 1851, “O Velho Jurujubano” apresentou os termos da representação que havia sido feita por moradores da Jurujuba

quanto à impropriedade do local do Lazareto da Jurujuba:

*Ao Publico. O morro do Cajú impropriamente denominado ilha, está situado no continente da Jurujuba, cuja metade que é banhada pelo mar olha ao Sacco de S. Francisco [...] a temperatura do ar é quente durante o dia, tanto pela reverberação do mar como da do enorme rochedo do Pico que lhe fica próximo. Agua potável, nenhuma*²⁶ (p. 2).

No mesmo jornal, em 15 de janeiro de 1851, esse personagem enigmático reiterou seu descontentamento, dizendo que, como filho da Jurujuba, estava horrorizado com a pretensão de se estabelecer ali um lazareto, pois aquele local era *mais proprio para estender redes de pescarias que para fundar-se um tal estabelecimento, que, segundo os princípios de hygiene, deve ser em logar fresco, arejado, etc. etc.*²⁷ (p. 2).

Já o “Moço Jurujubano” se referiu, em fevereiro de 1851, ao “Velho Jurujubano” como alguém que, pela idade ou pela falta de justiça, estava cego pelo interesse e por paixões, mas que por ser “mathematico” teria a razão a seu lado. Defendeu, entretanto, a Comissão da Higiene, responsável pela escolha da ilha do Cajú para o lazareto, por ser composta por pessoas de reconhecida probidade²⁸.

A questão do desrespeito aos preceitos da hygiene, na escolha do local para o lazareto, continuou pautando “O Velho Jurujubano”, que conclamou os cônsules residentes na Corte a *visitar o lazareto, e quando o tivessem achado mal localizado e fora dos preceitos da hygiene, feito chegar ao conhecimento do governo quaisquer observações*²⁹ (p. 2).

Solicitou, ainda, ao Ministro do Império que fosse visitar o lazareto para conhecer de perto as condições inadequadas locais que conferiam àquela espaço o significado de um *receptáculo de morte, e os míseros em vez de ganharem ali saúde, irão expor terrivelmente aquella que lhes resta*³⁰ (p. 3).

Outros articulistas centravam suas considerações na atuação da Junta de Higiene Pública, como vemos no comunicado de 5 de fevereiro de 1851, no *Diario do Rio de Janeiro*, assinado com pseudônimo de “O Imparcial”, que demandou a visita do presidente da Junta de Higiene Pública ao Lazareto na Jurujuba para *acabar d’uma vez o que se tem suscitado, se sim ou não se deve lá estabelecer o lazareto. Que em algures ele o será, é isso de necessidade pública [...] temos e tem-se ali muito assentada fé em sua honradez e sciencia, e de seus illustres colegas da junta*³¹ (p. 3).

Sob pseudônimo de “O Irmão da Cruz”, outra matéria no *Jornal do Commercio*, em 24 de janeiro de 1851, comentou que, embora muitos

tivessem pensado que a ideia de um lazareto na Jurujuba fosse apenas um boato, o lazareto já estava instalado como uma *uma miseravel pocylga, onde não acharão nem ar, nem agua, nem abrigos aos ardores do sol!!!*³² (p. 2).

Já *O Correio da Tarde*, um jornal diário, literário e comercial de viés monarquista, impresso na Typographia Americana de I. P. da Costa, que começou a circular em 3 de janeiro de 1848, noticiou, em sua edição de 6 de fevereiro de 1851, que havia remetido a representação de habitantes da Jurujuba à Junta de Higiene, para que fosse verificado se o local proposto nessa representação era mais adequado do que aquele no qual havia sido instalado provisoriamente o lazareto³³ (p. 1).

O Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal, que começou a circular em 1848, de propriedade de Francisco José dos Santos Rodrigues, em sua edição de 28 de fevereiro de 1851, publicou comunicado assinado por “O Neutro”, no qual eram feitas críticas ao “Velho Jurujubano”, caracterizado como alguém cheio de “rancor e inveja” e “cachetico”, afirmando que considerava adequado o local proposto para o lazareto em Jurujuba³⁴ (p. 2).

Por outro lado, outras matérias manifestavam certo descrédito quanto aos resultados que poderiam advir de todos esses comunicados veiculados nos jornais, por suspeitar que esses não fossem considerados pelas autoridades: *Mas de que servem tantos escriptos? De que serve mesmo ter-se apontado o mais convém para afastar tão grande flagelo!*¹⁹ (p. 3).

De lazareto para hospital marítimo

O Lazareto da Jurujuba, ao longo do século XIX, passou por mudanças em sua estrutura e finalidade, que foram igualmente noticiadas nos jornais. Logo após sua instalação, o médico Joaquim Candido Soares de Meirelles, em officio dirigido ao Ministro do Império, publicado na edição de 19 de janeiro de 1853 do *Correio Mercantil*, questionou sua manutenção como lazareto, por entendê-la inútil, prejudicial, improficua e ilógica. Fundamentou sua argumentação não nas questões referentes à localização, mas na questão do contágio da febre amarela, dos focos de infecção e da aclimatação da doença. Julgava improficua a manutenção do lazareto, porque a *sequestração dos doentes dos navios de commercio não resulta, nem pôde resultar, nenhum beneficio á população, porquanto, estando a causa do mal na atmosfera, e sendo esta comum a todos que estão nella mergulhados, hão de necessariamente sofrer*

a molestia aquelles que não estiverem ainda familiarizados com as suas causas, que não estiverem enfim aclimatados. [...] Se é da sabedoria das nações adoptar as medidas dictadas pela prudência, é da sciencia dos medicos esclarecer as nações sobre a natureza dos males que ellas temem³⁵ (p. 2).

Outro personagem crítico ao lazareto foi o Dr. J. Ellis, cirurgião da Armada Real Britânica que se encontrava a bordo do navio de S. M. Britannica Crescent, no porto do Rio de Janeiro, que havia encaminhado um ofício ao Ministério do Império, em 3 de janeiro de 1853, relatando a visita que fizera ao lazareto em Jurujuba e apresentando observações sobre a inadequação do mesmo, a pouca ventilação, o tamanho pequeno de alguns quartos, a imundície de corredores, a falta de asseio, a temperatura alta no interior do edifício, o número pequeno de médicos assistentes e o tipo de tratamento (modificação do salino). J. Ellis concluía que o lazareto não era capaz nem proprio para o tratamento de pacientes sofrendo de febre amarella, nem em verdade de qualquer outra enfermidade que afflige a humanidade³⁶ (p. 2).

Nesse mesmo jornal, foi publicado, em 20 de janeiro de 1853, um ofício de Francisco de Paula Cândido rebatendo os argumentos das autoridades britânicas sobre o Lazareto da Jurujuba:

1º Quanto ao primeiro argumento, que o tratamento dos doentes da febre amarela, procedentes das embarcações, no lazareto (isto é, em logar fora da cidade) é doutrina obsoleta e erronea, me parece que não forão exactas as informações que subirão ao conhecimento de S. Ex.; devendo eu inferir de suas expressões que estas informações suppoem que a doutrina do contagio (alias sustentada ainda hoje por illustrações medicas inglesas e outras), e não a dispersão, arejamento, etc., presidiu á criação do lazareto, sendo talvez a denominação de lazareto e não a cousa em si hospital que inspirão aversão [...]. Quanto ao 2º argumento, que os marinheiros são affectados de febre amarella, não abordo, mas nas casas imundas e pestilenciaes ás quaes se permite recebe-los [...]. O governo imperial não o desconhece: tem-se esmerado em realizar medidas que possão [...] remediar este mal [...]. Quanto ao argumento: Que a febre amarela se originou no Rio de Janeiro, onde se acha localizada, é uma questão pelo menos tão scientifica como sanitária, e ainda em litigio quanto á sua importação ou espontaneidade. [...] o contagio é inquestionável, e que portanto em certas circumstancias a febre amarela é contagiosa, isto é, pode vir de fora invadir o interior de uma cidade. Quanto ao 4º argumento: que o transporte dos doentes em escaleres expostos ao rigor do tempo é fatal, - devo com lealdade confessar

que é digno da maior atenção [...]. No ponto, porém, [...] seria mais prejudicial a demora do que qualquer impressão que houvesse produzir o freitamento do vapor destinado ao serviço regular do lazareto, sendo portanto conveniente que ele seja empregado para se removerem todas as difficuldades³⁷ (p. 1).

Após este repertório de críticas e reclamações sobre o Lazareto, o governo imperial definiu, em 03 de janeiro de 1853 (decreto nº 1.103), a criação de um hospital no edifício do antigo Lazareto da Jurujuba, que seria denominado Hospital Marítimo de Santa Isabel, destinado para tratamento dos marinheiros e mais pessoas de bordo dos navios nacionaes ou estrangeiros, que chegarem a este porto, e forem ou estiverem affectados de molestias contagiosas ou suspeitas³⁸.

Uma extensa matéria, sem assinatura, publicada no ano seguinte no *Diario do Rio de Janeiro*, contextualizou a transformação pela qual havia passado o lazareto, transformado em um hospital regular, o que poderia conferir ao país a reputação de um povo adiantado:

No fundo da bahia da Jurujuba, na parte chamada Arêa Grossa, em um lugar onde ainda há poucos anos só se reunião negociadores de carne humana, contrabandistas e conductores de negros, n'uma das maiores casas da circumvisinhança, vê-se hoje o melhor e o mais importante dos estabelecimentos do Rio de Janeiro, porque o seu pensamento é uma garantia solida ao desenvolvimento do commercio com o exterior e á segurança da suade publica de uma povoação de quase 300,000 almas. A ambição e os mesquinhos interesses particulares havião até há pouco hasteado ali o pendão da escravidão e do nefando tracto; [...] Hoje, graças ás luzes do século, e á sabedoria de quem quer que foi o autor de idéa tão sublime, tornou-se aquelle deposito africano, um monumento de caridade, de saber e de dignidade nacional. D'aquelle grande armazém, fez-se um hospital regular: d'aquella paragem, um alicerce da reputação que devemos ter no mundo, como povo adiantado. [...]; é uma casa de caridade e de verdadeira medicina, que observa, estuda, applica e tira muitas vantagens inapreciáveis – é uma pequena colônia de doentes de todas as nações, na qual um ar puro, a disciplina bem observada, e a arte de curar comprehendida em todo seu alcance (...) ³⁹ (p. 2).

Essa mesma matéria reconstituiu o contexto de criação do lazareto, em 1851, no cenário epidêmico de então, destacando que nossa dulcíssima tranquilidade era seriamente ameaçada, ameaçadas nossas comunicações com o mundo, ameaçados nossos interesses geraes e sagrados, pensou-se

*um pouco mais na sorte dos estrangeiros marítimos, expostos em suas moléstias a serem recebidos e maltratados em todos os hospitais, que para cumulo de males até em sua situação são menos próprios para tal fim. [...] Os lazaretos que se estabelecerão, onde muitos médicos provarão, como sempre, a parte sublime de seu desinteresse, não serão nem suficientes [...] Foi então que o antigo Lazareto da Jurujuba apareceu para recolher os homens de mar e tratá-los*³⁹ (p. 2).

Após a Proclamação da República, o Aviso do Ministério do Interior, de 14 de dezembro de 1889, determinou o fechamento do Hospital Marítimo de Santa Isabel por não atender às necessidades nosocomiais, tendo sido reaberto em abril de 1891. O Hospital Marítimo de Santa Isabel passou, em 24 de novembro de 1898, a denominar-se Hospital Paula Cândido, e, posteriormente, em 1934, mudou de finalidade, tendo sido transformado em um preventório infantil para acolher crianças pobres e doentes, em especial os filhos de tuberculosos. Sua transformação em Preventório Paula Cândido foi objeto de matéria na edição de 6 de abril de 1934 do jornal *Correio da Manhã*⁴⁰ (p. 3), que comentou que o hospital, antes destinado ao tratamento de enfermos de doenças de isolamento compulsório, agora recebia as *creanças débeis*⁴¹ (p. 5).

Em 1968, o Preventório Paula Cândido tornou-se o Educandário Paula Cândido⁴². Posteriormente, ficou conhecido como Casa da Princesa, sendo transformado em um centro cultural, que em 2014 passou a sediar uma escola pública bilingue, o Colégio Estadual Joaquim Gomes de Sousa⁴³. Seu endereço atual é Av. Quintino Bocaiúva, nº 115, Charitas, Niterói.

Considerações finais

Por meio da análise da imprensa no Rio de Janeiro oitocentista, de jornais diários como o *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O Correio da Tarde* e *Jornal do Commercio*, foi possível conhecer as manifestações da opinião pública sobre as condições sanitárias, as epidemias, e as medidas adotadas em defesa da salubridade da cidade,

como a criação do Lazareto da Jurujuba. Como o médico e escritor Manoel Duarte Moreira de Azevedo destacou em 1865, esses periódicos podiam ser vistos como “o *pharol que guia, educa e doutrina o povo; não é a satyra grosseira e polluta de outr’ora, porém a chronica, a historia, acritica, o pensamento, a vida do progresso social*”²⁰ (p. 224).

Comunicados e matérias acompanharam a criação do Lazareto da Jurujuba em 1851, apresentando os diferentes argumentos em defesa da instalação do Lazareto da Jurujuba. Muitos autores se manifestaram, principalmente quanto ao local escolhido, tendo em vista as condições ambientais, que estariam em dissonância com os preceitos de higiene defendidos pelo pensamento médico da época.

As concepções com relação à natureza e à causalidade das doenças, especialmente da febre amarela, eram argumentos em muitas dessas matérias e comunicados, fosse para defender a criação do lazareto ou para combater sua existência.

A localização longínqua do lazareto, suas instalações, suas diminutas equipes médicas e a compra dos espaços para abrigá-lo foram outras preocupações expressas nessas páginas impressas.

Por outro lado, é interessante retomar aqui outra visão sobre o lazareto, como a de José Pereira Rego, que em seu retrospecto histórico sobre as epidemias, publicado em 1872, reconstituiu a criação do Lazareto da Jurujuba e justificou-a por considerá-lo *um hospital extra-muros*. Afirmou que, embora o lazareto tivesse sido criado com o objetivo de tratar os homens do mar acometidos de febre amarela, de combater a epidemia de 1850 e o acúmulo de doentes nos hospitais da cidade que criava *grandes focos de infecção e contagio*, sua edificação fora importante para impedir que a epidemia atingisse a população em terra e para possibilitar o restabelecimento do crédito do país e o retorno de embarcações estrangeiras ao porto da cidade⁴⁴ (p. 204).

Concluindo, retomo aqui as palavras de Cândido Soares de Meirelles, expressas no *Correio Mercantil* em 1853: [...] *se é da sabedoria das nações adoptar as medidas dictadas pela prudência, é da sciencia dos medicos esclarecer as nações sobre a natureza dos males que ellas temem*³⁵ (p. 2).

Referências

- Lallemant R. *Observações acerca da Epidemia de Febre Amarela do anno de 1850 no Rio de Janeiro colhidas nos Hospitales e na Polyclinica pelo Dr. Roberto Lallemant*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Ville-neuve e Comp.; 1851.
- Rego JP. *História e descrição da febre amarela epidemica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito; 1851.
- Pimenta T, Barbosa K, Kodama K. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. *Dimensões* 2015; 34:145-183.
- Ferreira LO. Uma interpretação higienista do Brasil: medicina e pensamento social no Império. In: *23º Encontro Anual ANPOCS*. 1999.
- Franco O. *História da febre-amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde (MS), Departamento Nacional de Endemias Rurais; 1969.
- Candido FP. *Exposição succinta do Estado sanitario da Cidade do Rio de Janeiro, e das Medidas, que convém adoptar-se*. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional; 1851.
- Benchimol JL. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2001.
- Edler F. A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império. *Acervo* 2011; 22(1):153-166.
- Brasil. Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850. [acessado 2016 abr 7]. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/597608/publicacao?tipoDocumento=DPL-n&tipoTexto=PUB>
- Santos Filho LC. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, Edusp; 1991.
- Parnit. *Um pouco da história da Casa da Princesa, no Preventório, que terá um Centro de Convivência para Idosos*. [acessado 2016 abr 7]. Disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com.br/2012/09/um-pouco-da-historia-da-casa-da.html>
- Ministerio do Imperio. Expediente do dia 10 de janeiro. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX (8.604):1. [acessado 2020 dez 5]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35509
- Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Oitava Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional; 1851.
- Brasil. Aviso nº 38, de 29 de janeiro de 1851. [acessado 2020 out 1]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html
- Benchimol JL. Febre amarela e a instituição da microbiologia no Brasil. In: Hochman G, Armus D. *Cuidar, controlar, curar. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2004. p. 56-97.
- Martins AL, Luca TRD. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto; 2008.
- Sigaud JFX. Plano de hum Jornal de medicina apresentado á Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, pelo Sr. Dr. Sigaud, e por esta adoptado na sua Sessão de 21 de Outubro de 1830. *Semanario de Saude Publica pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* 1831; 1:1-4. [acessado 2020 out 1]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/702560/1>
- Ferreira LO. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: Chalhoub S. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP; 2003. p. 101-122.
- Salubridade publica. *Jornal do Commercio* 1851; XXVI (27):3. [acessado 2020 out 1]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1701
- Azevedo MD. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil* 1865; XXIX(II):222-224.
- Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.596):2. [acessado 2020 out 1º]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35478
- Microscopio. Comunicado. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.602):2. [acessado 2021 jul 3]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35502
- O Velho Jurujubano. Lazareto na Jurujuba, na Ilha do Cajú!!!. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX (8.602): 2. [acessado 2021 jul. 3]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35502
- O Velho Jurujubano. Lazareto na Jurujuba. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.604):3. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35511
- O Velho Jurujubano. Lazareto na Jurujuba, na Ilha do Cajú!!! O Velho Jurujubano ao Moço do Cajú. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.605):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35514
- O Velho Jurujubano. Lazareto na Jurujuba, na Ilha do Cajú!!!. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.606):2. [acessado 2021 jul 3]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35518
- Um Velho Jurujubano. Lazareto na Ilha do Cajú na Jurujuba! *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.595):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35474
- O Moço Jurujubano. Lazareto na Jurujuba, na Ilha do Cajú. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.626):3. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35603
- O Velho Jujubano. Lazareto na Jurujuba, na Ilha do Cajú!!!. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.629):2. [acessado 2020 out. 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35614
- O Velho Jurujubano. Lazareto na Jurujuba na Ilha do Cajú!!!. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.624):3. [acessado 2021 jul 3]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35595
- O Imparcial. Para o Exmº Sr. Presidente da Junta de Hygiene Publica vêr. *Diario do Rio de Janeiro* 1851; XXX(8.614):3. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/35555
- O Irmão da Cruz. O Lazareto na Jurujuba. *Jornal do Commercio* 1851; XXVI(24):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/1688
- Parte Official. Ministerio do Imperio. *O Correio da Tarde* 1851; 896:1. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/616028/3471>

34. O Neutro. Publicações a pedido. *Correio Mercantil* 1851; VII(51):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/4400>
35. Meirelles JCS. Offício dirigido pelo Sr. Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles, quando era membro da junta de hygiene, ao Sr. Ministro do império. *Correio Mercantil* 1853; X(19):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/7050>
36. Ellis J. Offício do Dr. J. Ellis, cirurgião da armada real britannica, dirigida ao ministro de sua nação, à cerca do lazareto da Jurujuba, à bordo do navio de S M Britannica Crescent, no porto do Rio de Janeiro, em 3 de Janeiro de 1853. *Correio Mercantil* 1853; X(14):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/7030>
37. Cândido FP. Offício ao Conselheiro Francisco Gonçalves Martins. *Correio Mercantil* 1853; X(20):1. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/7053>
38. Brasil. Decreto nº 1.103, de 3 de janeiro de 1853. [acessado 2020 out 1º]. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/391035/publicacao?tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>
39. Comunicados. O Hospital Maritimo de Santa Isabel. *Diario do Rio de Janeiro* 1854; XXXIII(115):2. [acessado 2020 out 6]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/39829
40. No Preventorio Paula Candido. Homenagem aos internos que concluíram o curso medico. *Correio da Manhã* 1934; XXXIV(12.279):3. [acessado 2021 jul 3]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/25218
41. O Hospital Paula Candido vai ser transformado num Preventório. *Correio da Manhã* 1934; XXXIII(12.072):5. [acessado 2020 dez 5]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/21394
42. Lazareto da Jurujuba. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. [acessado 2016 abr 7]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>
43. Niterói será sede da primeira escola pública com foco em ciências exatas. *O Globo*; 2014. [acessado 2021 dez 20]. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/niteroi-sera-sede-da-primeira-escola-publica-com-foco-em-ciencias-exatas-13657550>
44. Rego JP. *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; 1872.

Artigo apresentado em 31/01/2022

Aprovado em 25/04/2022

Versão final apresentada em 27/04/2022

Editores-chefes: Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva